

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Pandemia e queda de petróleo vão reduzir exportações.....	2
Título: ‘Bondades’ de Itaipu custam R\$ 800 milhões.....	4
Título: Destaques	5
Título: IBS Energy fecha parceria com PowerChina para montar térmica.....	6
Título: Golar anunciou terminal de gás natural em Suape	8
Título: Choque do petróleo ameaça energia limpa.....	9
Título: Petrobras pode não atingir meta de desalavancagem financeira em 2020	12
Título: Justiça retira ICMS do PIS e Cofins da conta de luz	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Dados do BC mostram que contágio é mais rápido no Brasil.....	15
VEÍCULO: O Globo.....	21
Título: Patrimônio público na bacia das almas	21
Título: Verba é menor em estados com mais moradores em área de risco	22
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	24
Título: Setor Elétrico e a conexão no Sistema Interligado Nacional	24

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/03/2020****Seção: Brasil****Autor: Marta Watanabe — De São Paulo****Título: Pandemia e queda de petróleo vão reduzir exportações**

O impacto negativo resultante do avanço do coronavírus e da queda de preços do petróleo deve reduzir as exportações brasileiras em 2020, encolhendo também o superávit comercial projetado inicialmente para este ano.

Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior, lembra que já se esperava para 2020 uma queda de superávit em relação ao saldo positivo de US\$ 48 bilhões do ano passado. Com o agravamento do cenário internacional, a queda deve ser ainda maior que a projetada no início do ano.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que não descarta a possibilidade de déficit comercial em 2020 caso a crise se estenda além do primeiro semestre. A AEB já projetava superávit considerado conservador para este ano, de US\$ 26 bilhões. As estimativas ainda não foram revisadas porque a duração da crise e magnitude de seus efeitos sobre preços e volumes de exportação são consideradas ainda incertas. A mais recente edição do Focus, boletim divulgado pelo Banco Central com as expectativas de mercado, indica projeção de US\$ 36,4 bilhões de superávit comercial para 2020, na mediana.

A exportação de commodities, diz Barral, deve sofrer forte impacto neste ano, em razão de queda tanto de preços quanto de volume. “A quebra do acordo entre Rússia e Arábia Saudita traz um risco adicional ao quadro, dada a participação cada vez maior do petróleo na pauta de exportação brasileira.”

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), de 2009 para o ano passado, a participação de soja, petróleo e minério de ferro - as três principais commodities exportadas pelo Brasil - subiu, no conjunto, de 22,12% para 32,37% do valor total embarcado. A fatia do petróleo avançou em velocidade maior que os outros dois produtos, de 5,99% para 10,74% do embarque total em igual período. O dado, diz Barral, representa importante diferença entre os possíveis efeitos da desvalorização cambial na década de 80 e os de hoje. Naquele período, a desvalorização alavancou as vendas externas, segundo ele, mas a representatividade das commodities na exportação era muito menor.

Castro tem opinião semelhante. Ele destaca que os dados da balança da primeira semana de março já mostram queda de preços de exportação de petróleo e soja, e tudo indica que isso vai se intensificar. O minério de ferro

ainda apresenta aumento de preços, mas as quantidades deverão ser afetadas, observa Castro.

Mesmo em relação aos manufaturados, o câmbio não deve contribuir tão positivamente, diz Barral. Num ambiente de grande oscilação, é muito difícil ao exportador estabelecer os preços porque não se sabe até quando o nível do dólar se sustentará, segundo ele. Barral lembra que em produtos com ciclos de produção mais longos esse problema se acentua. “O exportador vai estabelecer o preço dele para daqui a um ano com dólar a R\$ 4,40 ou R\$ 4,50 e não R\$ 4,80 ou mais, porque o risco é muito grande.”

Com a queda de demanda esperada, diz Castro, haverá também aumento de concorrência no fornecimento de produtos industrializados, com natural redução de preços. Além disso, ressalta ele, os mercados tradicionais do Brasil para produtos manufaturados, os países da América Latina, também são exportadores de commodities. Ou seja, serão da mesma forma afetados pelo cenário global de queda de preços e volumes e terão menor capacidade para absorver importações. E para a Argentina, mais especificamente, não há perspectiva de recuperação econômica a curto prazo, algo que fica mais dificultado ainda com o atual agravamento do cenário internacional.

A queda nas importações, porém, dependendo da magnitude, poderão neutralizar o efeito de redução das exportações no saldo comercial do ano. O economista Silvio Campos Neto, da Tendências, diz que a consultoria revisou os dados de balança na semana passada. As exportações foram revisadas em razão do coronavírus, mas ainda não está contemplada a queda de preços de petróleo desta semana. Segundo Campos Neto, o choque de demanda em razão do coronavírus deve afetar volumes embarcados e principalmente reduzir preços de exportação. Com isso, a projeção de exportação da consultoria para 2020 caiu de US\$ 222,8 bilhões para US\$ 218,8 bilhões.

As importações, explica o economista, foram revisadas também, principalmente porque indicadores têm revelado recuperação econômica mais lenta este ano do que inicialmente se esperava. A projeção da Tendências de elevação de PIB para o ano foi reduzida de 2,1% para 1,6%. A demanda doméstica por compras externas pode sofrer impacto adicional em razão da desvalorização cambial, diz Campos Neto. A estimativa das importações brasileiras para o ano foram reduzidas de US\$ 185,4 bilhões para US\$ 180,7 bilhões. Como houve redução nas duas pontas e um pouco maior nas importações, diz Campos Neto, houve aumento na projeção de superávit comercial para este ano, de US\$ 37,4 bilhões para US\$ 38,1 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/03/2020****Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner — De Brasília****Título: 'Bondades' de Itaipu custam R\$ 800 milhões**

Em tempos de penúria fiscal, a usina de Itaipu tem servido como fonte de recursos para órgãos federais como Infraero e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que estão usando convênios com a hidrelétrica para aliviar seus orçamentos diminutos e tocar obras em aeroportos e rodovias de responsabilidade da União no interior do Paraná. O governo estadual e prefeituras na região de Foz do Iguaçu (PR) recorrem à mesma estratégia como forma de contornar a falta de caixa para investimentos em parques, ciclovias, hospitais e casas populares.

As “bondades” de Itaipu com recursos da usina, contudo, recebem críticas de especialistas no setor elétrico. Eles reclamam que o custo das obras, na prática, vai parar nas tarifas e é rateado por consumidores de energia de todo o Centro-Sul do país. Como se trata de uma empresa binacional, regida por tratado específico, a hidrelétrica não dá lucro nem prejuízo. Suas despesas são repassadas a fim de que o resultado contábil fique próximo de zero.

No dia 28 de fevereiro, Itaipu Binacional e o Ministério da Infraestrutura anunciaram novo convênio para a duplicação de um trecho de oito quilômetros da BR-469, conhecida como Rodovia das Cataratas. As obras devem começar em setembro e durar até março de 2022. Dos R\$ 135 milhões previstos, 70% vão sair do caixa da usina - o governo paranaense arcará com os outros 30%.

Na ocasião, também foi dada ordem de serviço para ampliar de 2,2 mil para 2,8 mil metros a pista de pousos e decolagens do aeroporto de Foz do Iguaçu. A intervenção, orçada em R\$ 55 milhões, tem como justificativa permitir que voos internacionais de longa distância possam ocorrer sem escalas e será bancada por meio de repasses de Itaipu à Infraero - apesar do compromisso do governo Jair Bolsonaro de conceder o aeroporto para a iniciativa privada no fim deste ano.

O **Valor** identificou pelo menos 19 convênios ativos, que totalizam pouco mais de R\$ 800 milhões, em obras arcadas pela usina. Para efeito de comparação: o valor corresponde ao orçamento total, para 2020, das três maiores estatais vinculadas ao Ministério da Infraestrutura - Infraero, Valec e Codesp. A maior dessas obras é a construção da segunda ponte internacional entre Foz e Ciudad del Este, além da Perimetral, que fará a ligação à BR-277.

“A missão de Itaipu é apoiar o desenvolvimento regional”, diz o diretor-geral do lado brasileiro da usina, Joaquim Silva e Luna, ex-ministro da Defesa no governo Michel Temer. Ele menciona a importância dos projetos apoiados para a economia local. “O aeroporto é um ponto de estrangulamento, porta de entrada e afeta o turismo, que é uma grande fonte de receitas para a região. E a BR-469 tem sido uma demanda dos últimos 20 anos”, completa.

No entanto, essa visão está longe de encontrar consenso. “É um absurdo. As pessoas acham que não há custo, ninguém nunca pergunta quem paga a conta”, diz a advogada e economista Iena Landau, ex-diretora do BNDES e conhecedora do setor elétrico.

Para ela, os convênios assinados por Itaipu são mais um tipo de subsídio implícito que não aparece de forma transparente, como a antiga taxa de juros de longo prazo (TJLP) do BNDES e os incentivos dados para consumidores de energia com a instalação de painéis fotovoltaicos no teto das residências. Um problema adicional, segundo Iena, é que a empresa binacional não responde às obrigações da Lei de Responsabilidade das Estatais nem se submete à fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ex-diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e professora da FGV-RJ, a economista Joísa Dutra acredita que a revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu e o novo contrato de fornecimento de energia, em 2023, são uma oportunidade para discutir se esses recursos pertencem ao consumidor de energia ou devem ser aplicados no desenvolvimento regional. “Certamente, no Brasil, não é o Paraná quem mais precisa de investimentos. E hoje em dia, nas tarifas de eletricidade, nada é migalha”, afirma Joísa, lembrando que a CDE - fundo que banca subsídios do setor - já passa dos R\$ 20 bilhões por ano.

Algumas outras obras apoiadas por Itaipu são a instalação de pontes de embarque no aeroporto de Cascavel (R\$ 4 milhões) e casas populares no oeste do Paraná (R\$ 21,5 milhões). Em Foz, os convênios abrangem ainda um hospital (R\$ 64 milhões), duplicação do acesso rodoviário ao aeroporto (R\$ 15,5 milhões), ciclovias (R\$ 14,4 milhões), mercado municipal (R\$ 9,3 milhões) e até a reforma de uma delegacia da mulher (R\$ 1,66 milhão).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/03/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Saudi Aramco lucra menos

A gigante do petróleo Saudi Aramco anunciou ontem, pela primeira vez, seus resultados anuais - queda de 20,6% do lucro líquido em 2019, provocada pela redução dos preços do petróleo. A empresa registrou lucro de US\$ 88,2 bilhões, ante US\$ 111,1 bilhões em 2018, segundo comunicado publicado no site da Bolsa saudita. “A queda se deve principalmente à redução dos preços do petróleo bruto e dos volumes de produção”, afirmou a empresa, o maior grupo com cotação em Bolsa no mundo.

Remuneração da Vale

A Vale propôs aos acionistas, conforme comunicado, que a remuneração aos administradores seja de R\$ 201,67 milhões em 2020, aumento de 75% frente ao valor do ano anterior. O montante inclui pagamentos ao conselho de administração, à diretoria estatutária, ao conselho fiscal e aos comitês. Segundo a empresa, alta reflete a retomada do pagamento de remuneração variável a executivos, suspenso no início de 2019 devido à tragédia de Brumadinho. As assembleias para deliberação foram marcadas para 30 de abril.

Exportação de sucata

A exportação de sucata de ferro e aço, matéria-prima utilizada na produção de aço por usinas de aço, superou 88 mil toneladas, com receita de US\$ 22 milhões em fevereiro. O aumento foi superior a 200% na comparação ao mesmo mês de 2019, informou o Instituto Nacional das Empresas de Sucata de Ferro e Aço (Inesfa), citando dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Segundo a entidade, isso é fruto da menor demanda mercado interno do Brasil. O mercado externo, em especial a Ásia, é considerado alternativa ao setor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: IBS Energy fecha parceria com PowerChina para montar térmica

Lançado há quase dois anos, o projeto do grupo IBS Energy de erguer uma usina termelétrica movida a biomassa em Lençóis Paulista (SP) deve finalmente sair do papel. A empresa revisou alguns detalhes dessa empreitada, a primeira da empresa no segmento de geração, e decidiu inscrever a usina para o próximo

leilão A-4 de energia nova, do mercado regulado, em vez de destiná-la ao mercado livre. Além disso, para colocar o projeto de pé, o grupo se aliou à gigante chinesa PowerChina, que prestará serviços de engenharia e construção. No total, o empreendimento deve exigir investimentos de R\$ 600 milhões, sendo R\$ 400 milhões em construção e o restante, para obtenção da biomassa.

O projeto da termelétrica Cidade dos Livros, como foi apelidada a obra, começou a ser estruturado pelo IBS Energy em 2015. O grupo, hoje focado em comercialização e gestão de energia, decidiu entrar no segmento de geração não somente para acessar uma nova oportunidade de negócios. Segundo o presidente da empresa, Antônio Bento, a decisão passou também por uma preocupação, à época, de que o país poderia ter problemas para atender à demanda crescente de energia num cenário de crescimento econômico acelerado.

“O governo sempre pode lançar mão de térmicas [movidas a carvão e a gás natural], bastante poluidoras e mais caras, mas ainda assim constatamos que a possibilidade de atender a demanda ficaria comprometida. Não que tenhamos a pretensão de resolver o problema do país, mas queremos contribuir”, afirma.

A térmica do IBS Energy será movida a biomassa, principalmente de florestas de eucalipto. Mas as características da caldeira, a vapor tipo leito fluidizado, permitem a queima de outros insumos, como cavaco de madeira e bagaço de cana de açúcar.

A proposta inicial do projeto sofreu ajustes, com o objetivo de garantir um retorno adequado aos investimentos: a capacidade instalada definida para a usina passou de 50 megawatts (MW) para 95 MW, o que exigirá mais aportes do que os R\$ 350 milhões orçados previamente. Hoje, estão estimados R\$ 400 milhões para a construção da usina, que terá área de 121.000 m². Serão investidos ainda R\$ 200 milhões para obtenção da biomassa, uma operação que ocupará 20.000 hectares junto à usina.

Para erguer o empreendimento, o IBS Energy buscou se juntar à PowerChina. A estatal chinesa participará através da subsidiária SEPCO1, que prestará serviços de engenharia e construção e entregará o projeto completo. O início das obras está previsto para julho deste ano.

O direcionamento do projeto também mudou. Antes pensada para atender o mercado livre de energia, a usina já está cadastrada para o próximo leilão A-4 de energia nova, previsto para ser realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 28 de maio. O certame negociará energia de novos empreendimentos das fontes hidrelétrica, eólica, solar fotovoltaica e termelétrica a biomassa com início de fornecimento daqui a quatro anos (2024).

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), foram cadastrados nesse leilão 21 projetos de termelétricas a biomassa, somando 1.145 MW de capacidade e espalhados nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

O presidente do IBS Energy explica que a opção de reorientar os planos para o mercado regulado veio da perspectiva de obter receita fixa e um PPA (contrato de compra e venda de energia) de longo prazo, instrumento que ajuda na contratação de financiamento. “Acreditamos que temos um projeto bastante competitivo”, afirma o executivo. Caso o projeto não seja contratado em leilão, a ideia é vender a energia aos clientes da comercializadora do grupo, que atende mais de 250 clientes.

Por ora, o IBS ainda não tem planos de desenvolver novos empreendimentos de geração termelétrica. “Somos uma empresa cautelosa. Se der certo, podemos pensar em outros”, diz Bento. Também estão na mira da companhia projetos solares.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Marina Falcão — Do Recife

Título: Golar anunciou terminal de gás natural em Suape

Investimento será de R\$ 1,8 bilhão para a unidade de GNL no complexo industrial e portuário, em Ipojuca (PE) e foi firmado com o governo de Pernambuco

A Golar Power Brasil, uma joint venture formada entre a norueguesa Golar LNG e o fundo Stonepeak Infrastructure Partners, vai investir R\$ 1,8 bilhão na implantação de um terminal de gás natural liquefeito (GNL) no complexo industrial e portuário de Suape, em Ipojuca (PE). O protocolo de intenções foi assinado hoje com governo do Estado de Pernambuco. As operações do terminal estão previstas para começarem no segundo semestre. O projeto, que prevê uma infraestrutura de suprimento de gás natural para geração de energia elétrica, vai atender ainda demandas das indústrias, comércio, postos e residências.

Um navio de GNL da Golar, com capacidade de 135 mil metros cúbicos e 290 metros de comprimento, vai atracar de maneira permanente no Porto de Suape. Esta embarcação abastecerá tanques montados em caminhões, que farão a distribuição para cidades num raio de até mil quilômetros. O

escoamento por caminhão chegará a um volume de 800 m³ de GNL ao dia, o que equivale a, aproximadamente, 480 mil m³ de gás natural por dia.

Por meio de cabotagem, a distribuição de GNL também será feita a partir de Suape para outros estados da região Nordeste.

Suape já é o maior hub de grânéis líquidos e gases do Brasil. Segundo dados do governo de Pernambuco, em 2019 o Porto alcançou recorde de movimentação de cargas, chegando à marca de 23,8 milhões de toneladas, das quais 74% foram líquidos e gases.

Com o novo terminal, que deve gerar 300 empregos diretos, a expectativa é de aumentar a movimentação de cargas em mais de 500 mil toneladas por ano. Se forem considerados os planos futuros da Golar, de realizar suprimento a projetos termelétricos e às distribuidoras de gás natural conectadas a rede de gasodutos, este volume poderá triplicar.

A estatal de gás de Pernambuco, a Copergás, vai atuar em parceria com a empresa para interiorizar o gás natural em regiões que ainda não são atendidas pelas redes de distribuição tradicionais. O fornecimento será feito por via rodoviária em contêineres. Ficará a cargo da estatal construir a estação de distribuição e as redes que vão fornecer o combustível dentro dos dois municípios. O investimento nos projetos é de R\$ 15,9 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Leslie Hook — Financial Times, de Londres

Título: Choque do petróleo ameaça energia limpa

A queda livre do petróleo desencadeou uma onda instantânea de pânico pelos mercados financeiros, mas a decisão da Arábia Saudita de iniciar uma guerra de preços ainda pode ter profundas consequências para adoção de fontes de energia mais limpas.

“Isso, definitivamente, vai exercer pressão negativa no apetite pela transição a uma energia mais limpa”, disse Fatih Birol, chefe da Agência Internacional de Energia (AIE), sobre a queda histórica nos preços do petróleo.

Para chefe de análise do BNP Paribas, forma como os investidores veem o setor petrolífero já está sob pressão há 12 meses

Analistas alertaram para a possibilidade de que o choque de preços afete a demanda por veículos elétricos e diminua o incentivo a que se tomem medidas de eficiência energética, porque as turbulências - somadas à desaceleração da economia mundial - tiveram impacto sobre os planos mais ambiciosos de uso de fontes renováveis.

Diferentemente do período de baixos preços do petróleo entre 2014 e 2016, agora muitos países, incluindo o Reino Unido e os da União Europeia, já definiram metas ambiciosas para reduzir as emissões líquidas para zero nas próximas décadas, o que vai exigir uma enorme mudança no uso das fontes de energia.

Birol disse que a situação seria “um bom teste” para todos os compromissos climáticos assumidos recentemente por governos e empresas. “Os que acompanham [a questão] vão perceber rápido se a ênfase dos governos e empresas na transição perde força quando as condições do mercado ficam mais difíceis.”

Um petróleo barato provavelmente torna os veículos elétricos menos atrativos para os consumidores, pelo menos no curto prazo. O mercado mundial de veículos elétricos já teve desaceleração em 2019 em razão da fraca demanda na China e nas Américas. É um cenário que corre o risco de ser agravado pela disseminação do coronavírus e o estado da economia mundial.

“O mercado de veículos já vem encolhendo e agora é atingido por problemas potenciais de escassez na cadeia produtiva e pela queda na confiança dos consumidores”, destacou o grupo de análises Bloomberg NEF em relatório recente. “Agora prevemos que as vendas de VEs [veículos elétricos] na China serão impactadas em 2020 [...] Isso ainda poderia cair mais à medida que o impacto completo do coronavírus ficar mais claro.”

A ameaça à transição energética fica ainda maior porque os baixos preços da energia muitas vezes reduzem os incentivos econômicos para poupá-la e para encontrar formas de usá-la com mais eficiência. “A energia mais barata sempre leva a que se use a energia de maneira menos eficiente”, disse Birol. “Baixos preços das fontes de energia vão tornar menos atraente a fundamentação econômica de poupar energia, em razão do petróleo e gás baratos, e isso, definitivamente, não será uma boa notícia.”

Para o setor de eletricidade, o impacto do petróleo mais barato deverá ser mais ambíguo.

A geração de eletricidade não é afetada diretamente por mudanças na cotação do petróleo porque a commodity raramente é usada para esse fim. O atual choque, contudo, poderá mudar as políticas de governo que vão definir o futuro das fontes renováveis de energia.

Embora o custo da energia eólica e solar tenha caído fortemente nos últimos dez anos, o tamanho do subsídio governamental a essas fontes também está em queda em muitos países. Mesmo antes do impacto econômico do coronavírus, os investimentos em energia limpa, que chegaram ao auge em 2017, já vinham registrando queda, com ligeiros recuos em 2018 e no primeiro semestre de 2019.

“Os choques no preço do petróleo há alguns anos levaram, de fato, a uma pressão negativa sobre a maior parte dos investimentos de empresas de petróleo e gás”, disse Helen Mountford, vice-presidente de clima e economia do instituto de pesquisas WRI. “Penso que hoje vivemos em um mundo diferente e penso que veremos um resultado diferente”, acrescentou, ressaltando que houve queda nos preços da energia solar e eólica.

Outro fator que poderia influenciar o panorama da energia limpa é que as empresas de óleo e gás encontram mais dificuldade do que imaginavam para financiar investimentos em renováveis.

Valentina Kretschmar, chefe de análise empresarial na firma de consultoria Wood Mackenzie, destaca que os baixos preços do petróleo também tornam menos atrativo para os produtores a realização de grandes investimentos em novos projetos de exploração.

“O argumento de que as empresas de petróleo e gás vão perder dinheiro se investirem em fontes renováveis, esse argumento realmente não se sustenta com o barril a US\$ 35”, disse. Análises da Wood Mackenzie indicam que, pelo preço atual do petróleo, mais de 85% dos projetos de petróleo e gás no mundo trariam um retorno de menos de 15%.

Alguns acreditam que a transição rumo à energia mais limpa tem ímpeto suficiente para enfrentar qualquer obstáculo representado pelos baixos preços do óleo.

Embora os projetos de energia renovável normalmente gerem retornos mais baixos do que os de exploração de petróleo e gás, eles também oferecem estabilidade de longo prazo, algo que poderia tornar-se mais atraente no atual

mercado, disse Mark Lewis, chefe de análise de investimentos sobre mudanças climáticas no BNP Paribas Asset Management.

“A forma como os investidores veem o setor petrolífero já está sob pressão há 12 meses”, disse Lewis. “Obviamente é o caso de que se houver um choque econômico grave, então, as fontes renováveis e as mudanças climáticas vão correr o risco de voltar a perder espaço na agenda política, mas não acho que seria tanto quanto no passado [...] Agora, é diferente, a fundamentação econômica avançou muito.”

Alguns analistas até dizem que os baixos preços do petróleo poderiam acelerar a transição estrutural para os combustíveis fósseis ao tornar as petrolíferas menos atraentes para os investidores. Os generosos dividendos cobiçados pelos investidores já começam a se evaporar. Na terça-feira, a Occidental Petroleum anunciou uma redução em sua distribuição de dividendos. “Os governos precisam estar atentos à bola e, neste caso, a bola é a mudança climática”, disse Birol. “Esses problemas - coronavírus, condições do mercado - são problemas grandes, mas são temporários. As condições do mercado vão se recuperar, talvez em poucos meses, talvez em mais tempo, mas nosso problema climático ainda vai existir.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Juliana Schincariol — Do Rio

Título: Petrobras pode não atingir meta de desalavancagem financeira em 2020

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, admitiu, pela primeira vez, ontem, que a companhia pode não atingir a meta de desalavancagem, de 1,5 vez a relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) em 2020. A meta de redução do nível de endividamento é o principal indicador financeiro observado pelos analistas que acompanham a petroleira.

“A Petrobras ainda tem uma dívida que é superior a duas vezes sua geração de caixa. Normalmente, uma companhia produtora de commodity, fica confortável com indicadores abaixo de duas vezes (a geração de caixa). Nós pretendíamos fazer isso (reduzir a dívida) esse ano. Ano passado pagamos US\$ 24 bilhões de dívida, (e) foi para US\$ 87 bilhões. Vamos ver se isso é viável ou não. É um ponto de interrogação agora, que não existia antes”, afirmou o executivo, em entrevista rede de tevê CNN Brasil..

O objetivo, continuou Castello Branco, é reconquistar o grau de investimento, para reduzir o custo de capital da companhia. “Para somente manter nossas reservas, temos que gastar bilhões de dólares. Temos que manter nossas reservas para manter a capacidade produtiva e, na medida do possível, crescer. Temos bons projetos para fazer isso”.

Segundo Castello Branco, desde o início do ano, a estatal petrolífera brasileira vem fazendo reduções de preços, acompanhando a expectativa de menor demanda, devido ao coronavírus, causador da covid-19, e ao recente choque do petróleo, que derrubou os preços da commodity. Ele afirmou, ainda, que volatilidade faz parte da natureza dos preços do petróleo e de combustíveis. Diante de um choque de preços, o padrão da Petrobras é não reagir imediatamente e sim com cautela, continuou.

“Observamos o comportamento do mercado para, então, alinharmos nossos preços à paridade internacional. Quando acontece um evento inesperado, a reação, além de altas ou baixas significativas, há grande volatilidade. Não podemos tomar uma decisão em um ambiente de alta volatilidade”. Castello disse que há o risco transmitir essa volatilidade aos compradores de combustíveis.

No ano passado, os preços médios do petróleo no mercado internacional foram de US\$ 64 por barril. A desaceleração do crescimento da economia global este ano independe do problema entre Rússia e Arábia Saudita, e acontece desde o terceiro trimestre do ano passado. “O crescimento da economia global afeta diretamente a demanda por petróleo. Então, é razoável supor que, na média, mesmo que essa situação atual se resolva, satisfatoriamente, os preços serão mais baixos”, afirmou.

Castello Branco também disse que a Petrobras tem situação muito melhor do que em 2014 e 2015, apesar de a companhia ainda estar muito endividada. “Nossos projetos são economicamente viáveis, a preços de petróleo de longo prazo mais baixo, abaixo de US\$ 40. Temos projetos muito bons, como o de [campo] Búzios, e em termos de geração de caixa, podemos resistir a um preço médio anual de US\$ 25. A Petrobras está saudável financeiramente. Ao mesmo tempo, nossos resultados econômicos serão afetados, isso é claro. Como uma companhia de petróleo, ela tem sua lucratividade afetada pelos preços do petróleo”, disse.

Mas, o executivo acrescentou que o novo preço do petróleo não muda nenhum plano da companhia, que continuará a executar sua estratégia da mesma forma. Afirmou, ainda, que não há sinais de desistência ou falta de entusiasmo dos interessados na compra das refinarias.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/03/2020****Seção: Legislação e Tributos****Autor: Beatriz Olivon — De Brasília****Título: Justiça retira ICMS do PIS e Cofins da conta de luz**

A Justiça Federal autorizou a retirada do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins incluídos na conta de energia elétrica. A sentença beneficia a Centrais de Abastecimento (Ceasa) de Campinas (SP), que também terá direito de recuperar o que foi pago nos últimos cinco anos - aproximadamente R\$ 300 mil. Mensalmente, a economia será de R\$ 4 mil.

A decisão, da juíza federal substituta Jamille Moraes Silva Ferraretto, da 8ª Vara Federal de Campinas (SP), teve como base o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF). Antes, porém, ela teve que analisar de quem é o direito: do consumidor (contribuinte de fato) ou da concessionária de serviço público (contribuinte de direito), que recolhe o ICMS.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) alega na ação que o recurso no STF não transitou em julgado e que o consumidor final não é parte legítima. Segundo o órgão, o ônus pelo recolhimento do tributo é da concessionária de serviço público, no caso, a CPFL. O repasse do custo ao cliente, acrescenta, não configura relação jurídica tributária (processo nº 501305 9-02.2019.4.03. 6105).

Na sentença, a juíza afirma que normalmente a legitimidade é do responsável pelo pagamento. Porém, acrescenta, a situação é diferente nos casos envolvendo tributos indiretos, como o ICMS, que é recolhido pelo contribuinte de direito, que, por sua vez, transfere a carga tributária para o contribuinte de fato.

A magistrada cita na decisão jurisprudência contrária sobre IPI do Superior Tribunal de Justiça (STJ) - um recurso repetitivo envolvendo uma fabricante de bebidas (REsp 903394) - e considera que a situação é diferente por envolver a União, uma concessionária de serviço público e o consumidor final. Aborda também decisão da 1ª Seção do STJ que autoriza o consumidor a propor ação sobre ICMS contratado e não utilizado.

Segundo a juíza, apesar de a concessionária ser a contribuinte de direito por determinação legal, por causa das condições e características específicas de sua posição contratual, seu interesse em questionar a política tributária é reduzido. “Pouco ou nenhum interesse terá em corrigir injustiças do Fisco, pois como já dito repassam os encargos tributários à tarifa cobrada do consumidor final”, afirma na sentença.

O advogado da Ceasa, Daniel Freire Santini, sócio do escritório Santini e Advogados Associados, diz que o consumidor é parte legítima e que a inclusão do ICMS faz grande diferença nos valores mensais das contas. “Se não pagar a conta [o cliente], o fornecimento é cortado. Apesar de a concessionária não ter status de poder público, ela está mais próxima”, afirma.

Em nota, a PGFN diz que o consumidor final não tem legitimidade para fazer o pedido. “O repasse do valor pago a título de tributo da concessionária ao consumidor final se trata de mera relação de consumo”, afirma o órgão, que pretende recorrer da decisão à segunda instância.

O advogado Leonel Pittzer, sócio do escritório Fux Advogados, considera o pedido possível. Porém, entende que a decisão confunde tributos diretos com indiretos - divisão que nem se aplicaria a contribuições como o PIS e a Cofins. Ele destaca que a juíza considerou a relação entre consumidor, União e a concessionária, ponderando que ela não vai pedir o ressarcimento dos valores pagos a mais. “A União revisaria o contrato de concessão para manter a mesma base econômica.”

Gustavo Brigagão, sócio do escritório Brigagão, Duque Estrada Advogados, afirma que existem pedidos de devolução de ICMS envolvendo distribuidoras de energia, que são diferentes do PIS e Cofins. Para ele, não é de se esperar que distribuidores briguem com o poder público. “Essa discussão sobre quem tem direito não está sendo discutida pelo Supremo”, diz.

Para o advogado Fabio Calcini, do escritório Brasil Salomão e Matthes Advocacia, a empresa não tem legitimidade para pedir o ICMS. A CPFL, acrescenta, poderia entrar com ação, ganhar e alterar o preço do serviço. “Os contratos de concessão vão fazer isso repercutir para o usuário. Mas não é viável ele entrar com o pedido direto.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/03/2020

Seção: Mercado

Autor: Alexa Salomão

Título: Dados do BC mostram que contágio é mais rápido no Brasil

entrevista da 2ª - Paulo Guedes

Para ministro da Economia, Brasil precisa se defender antes, durante e depois da crise

Na terça-feira, 11 de março, o ministro da Economia, Paulo Guedes, conta que ganhou uma missão política do presidente Jair Bolsonaro: pacificar a relação do

governo com o Congresso. Os parlamentares derrubaram o veto do presidente e ampliaram os gastos do BPC, benefício ao idoso carente, criando uma despesa adicional de R\$ 20 bilhões por ano para o governo. Na reunião porém, Guedes foi surpreendido por uma informação: projeções do Banco Central mostravam que a velocidade do contágio no Brasil era mais veloz que em outros países. “Foi alarmante”, diz Guedes.

O sr. foi criticado por não ter apresentado um plano para proteger a economia do país, no curto prazo, contra os efeitos do coronavírus. Há um plano de curto prazo?

São duas questões. E duas respostas. Primeiro, eu fui ao Congresso naquele dia numa missão eminentemente política. Não fui para apresentar nada sobre coronavírus. Explico. No final do ano passado, iniciamos um acordo para o Orçamento impositivo e ele precisava ser esclarecido. O Orçamento impositivo é um entendimento republicano de como pode haver participação dos parlamentares sem indicações para ministérios e estatais. A ideia era manter o que o Congresso tinha recebido em 2019, que foi um valor recorde de R\$ 16 bilhões em emendas. Mas veio um pedido maior, de R\$ 30 bilhões. É demasiado. É um terço do Orçamento livre. Aí começou um tiroteio em torno. De um lado do mal-entendido, o general Augusto Heleno [ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional] gritou ‘chantagistas’. Foi legítima a manifestação. Não estamos no parlamentarismo. Ele defendeu o Executivo. Do outro lado do mal-entendido, o Congresso disse: então, gastem R\$ 20 bilhões com o BPC [benefício para idosos e deficientes carentes], mandando um recado de insatisfação também para suas lideranças. É legítimo que o Congresso participe do Orçamento. Os congressistas foram eleitos, precisam levar obras às base. Então, O importante é desfazer o mal-entendido. Naquela terça, o presidente Bolsonaro me chamou e me comunicou. ‘Estou mandando, ao Congresso, o Mandetta e o Campos [Luiz Henrique Mandetta, ministro da Saúde, e Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central]. Eles me alertaram sobre a velocidade do contágio do coronavírus e sobre a gravidade da situação. Vão até lá falar disso. Mas estou mandando você para equacionar o mal-entendido do acordo sobre o Orçamento. O Congresso disse hoje que está contra esse acordo. Nos ajude nisso. Precisamos desarmar os ânimos.’ Esse mal entendido em torno da regulamentação do Orçamento impositivo chegou até as ruas. Se transformou, perante a opinião pública, num acordo político espúrio. Até as ruas organizaram manifestações contra no país todo.

Mas vocês não tinham conversado antes sobre a questão do coronavírus?

Mandetta tinha nos alertado para a gravidade do impacto na saúde pública.

Mas tínhamos muita convicção da dinâmica de crescimento interno. O Brasil, no início do ano passado, foi atingido pela tragédia Brumadinho e, depois, pelo colapso da Argentina, para onde vai mais da metade das exportações brasileiras de automóveis. A taxa de crescimento do Brasil, que era de 1,3% estável no governo de Michel Temer, colapsou para metade, 0,7%. Mas ao longo do ano, foi reacelerando. E fechou o ano a quase 2%, em 1,7%. Nossa convicção era que a dinâmica interna já estava a nosso favor e garantiria um crescimento acima de 2%. Quando fui ao Congresso, na semana passada, só havia dez casos de coronavírus.

No Ministério da Economia, ainda não tinham parado para olhar os possíveis efeitos do coronavírus?

Não. As equipes estavam há três meses focadas nas reformas — na administrativa e na tributária — e assessorando os senadores no andamento da PEC do Pacto Federativo, que, inclusive, está indo muito bem. Um dia antes de eu ir ao Congresso, eu passei amanhã inteira analisando o Pacto Federativo com os senadores.

Então, o sr. também foi lá ouvir Mandetta e Campos Neto?

Eu já tinha ouvido do Mandetta sobre a seriedade da dimensão de saúde pública. A taxa de contágio é alta, mas a letalidade é baixa. Ele falou sobre as medidas de prevenção, como lavar as mãos. Houve um ligeiro debate, levantado por Osmar Terra. Ele falou que, como médico, por ter enfrentado a gripe suína, achava que era preferível não paralisar as atividades econômicas porque, na interação, criaríamos uma defesa coletiva. Se todo mundo ficar trancado em casa continua vulnerável. Quando acabou isso, o Roberto Campos falou sobre a iminência do choque. Foi essa quantificação, feita pelo Banco Central, que me assustou. O Banco Central tem modelos estatísticos calculando a velocidade de contágio.

Contágio humano ou da economia?

Humano. Acompanham a economia, mas assim que surgiu a preocupação com o coronavírus, o Mandetta pediu ajuda a quem pudesse dar. O BC tem modelos estatísticos, altamente matemáticos, que permitem modelar qualquer coisa. Modelaram a velocidade de contágio. Muita gente no governo achava que a coisa ia bater aqui em maio, e não deveríamos ser tomados pela neurose antes da hora para não parar a economia antes da hora. Minha principal preocupação

é garantir a dinâmica de crescimento. Nos preparar para a pancada de uma onda, furando essa onda para sair com fôlego do outro lado.

Mas quais dados do Banco Central surpreenderam o sr.?

A inclinação de contágio prevista nos modelos do BC é mais rápida do que nos outros países. Estados Unidos e Brasil estariam com a taxa de contágio mais rápida do que ocorreu na própria China e na Itália. Foi alarmante.

O sr. lembra dos números?

Não me lembro exatamente. Mas era algo assim: na Itália era previsão de 60% de contágio e aqui, de 80%. Podemos atingir o pico em um mês. Mas tudo vai depender da prevenção.

E o que o sr. fez a partir daí?

A gente tinha 15 semanas, até o início da campanha eleitoral, para aprovar as reformas. Quando começou o bafo lá fora do coronavírus, minha mensagem foi reforçar a importância das reformas. O baque do coronavírus é temporário: o contágio sobe rapidamente, fica três meses e depois desaba. A China já está se recuperando. Eu preciso estar preocupado com o reforço das nossas defesas durante e depois da crise. Podemos transformar a crise em reformas. As reformas trarão as bases para gerar crescimento, emprego e renda após o surto, lá na frente. Apresentei 16 reformas — uma por semana. É claro que umas, como o Pacto Federativo, pedem tempo. Mas a Emenda Mansueto, que ajuda estados e municípios, está parada lá há um ano. Pode ser aprovada em 24 horas. A situação dos estados vai se agravar com o coronavírus. A privatização da Eletrobras também está lá. Ela representa R\$ 16 bilhões. Esta na previsão orçamentária deste ano. São R\$ 16 bilhões que vou ter tirar da previsão do Orçamento porque não foi aprovada. Esse dinheiro pode reforçar a saúde. Também dá para aprovar em um dia. Minhas primeira reação à crise do coronavírus foi estruturante: reforçar o sistema imunológico da economia.

Mas ministro, um senador ficou doente, e estive com outros senadores. Na atual situação, qual a garantia que o Congresso não vai parar com o coronavírus e só voltar quando começa o período eleitoral?

Façamos o teletrabalho. Vão para casa, conversem com os assessores pelo telefone e preparem o voto.

Mas como votar, ministro? Existe voto remoto?

Não sei. Mas o que não pode é o Brasil parar por falta de respostas. Também podem votar em caráter de urgência.

Ministro, a China, o gigante global, parou. Neste momento a Itália esta fechada. Como fazer para aprovar se não temos mais 15 semanas para votar?

Temos três semanas, então, posso indicar as três medidas mais urgentes. Se aprovarem a Eletrobras temos R\$ 16 bilhões. Entre agora no Orçamento e vendo no segundo semestre. Já dá para aprovar a PEC Emergencial, e a Emenda Mansueto ajuda os Estados. Aí temos entre R\$ 12 bilhões e R\$ 14 bilhões. Os estados podem precisar. Nós não sabemos o desdobramento dessa doença. Em Roraima entraram 100 mil venezuelanos. Como vão ficar? Rio de Janeiro é uma área vulnerável. São Paulo também.

Por causa dessas cobranças, Maia criticou a falta de medidas de curto prazo e disse que o sr. está transferindo a responsabilidade de aliviar a crise para o Congresso...

Entendo a crítica dele como um comentário: olha, Guedes deve ter algo, se não tiver será medíocre. Mas eu não fui lá apresentar medidas de curto prazo para economia por causa do coronavírus. Olha a situação a que chegamos no Brasil: o presidente da Câmara está preocupado com a economia e o ministro da Economia está preocupado com o entendimento político. Ele quer formular a política econômica, e eu quero resolver o problema político que ele está tendo com o presidente. Mas veja bem. Temos de agir nas duas frentes. Medidas estruturais e medidas de curto prazo. Estava cobrando do Congresso?

Sim. Emenda Mansueto está lá há um ano. A privatização da Eletrobras também. Ela, além de não ter capacidade de investir, evita que a gente faça investimentos em outras áreas. Essas cobranças são democrática e republicana. Não estou reagindo ao Maia. Estou estendendo amão. E faço aqui o mea culpa. Reforma Administrativa: nós demoramos. Reforma tributária: estou me explicando. Vocês derrubaram um pilar da minha reforma, o imposto sobre transações, a ponto de cair um secretário meu.

Mas há um plano de curto prazo?

Alertado pelos modelos estatísticos do Banco Central, e pela fala do Mandetta, de que as pessoas vão ter ficar no isolamento, torno u-se evidente que a economia brasileira vai ser afetada com mais gravidade. A função do ministro da Economia numa situação como essa é preventiva e reflexiva. Não é meu papel precipitar a retração da economia dizendo para pessoas fiquem em casa. Esse é

o papel do Mandetta. Mas se ele falar que vai bloquear os voos, eu sei que as empresas aéreas vão ter problema, e é nisso que tenho de agir. Elas já estão com problemas. Na reunião daquela mesma terça, o senador Randolpho Rodrigues [Rede-AP] sugeriu que pegássemos o dinheiro da emenda do relator, o dinheiro da discórdia política, para destinar à saúde. Aprovei na hora.

Ele usou esse termo?

Não. Eu estou usando. Mas são lideranças políticas negociando. Isso é o importante. Já tínhamos um acordo que havia baixado de R\$ 30 bilhões para R\$10 bilhões para emenda do relator —e naquela reunião acordamos R\$ 5 bilhões para a saúde. O deputado Alessandro Molon [PSB-RJ] disse, na sequência, que teremos apoio se formos nessa direção. Podemos utilizar os demais R\$ 5 bilhões para emergências que ainda não sabemos. Pode ir para o setor de serviços. A situação de pequenas lojas, restaurantes, pode se tornar dramática.

E como está sendo a elaboração das demais medidas?

Na manhã seguinte, montamos um grupo de monitoramento que basicamente reúne integrantes do ministério. Cada um está numa frente. Estamos olhando o que podemos oferecer de isenções. Monitoramos os setores. Aviação, turismo e serviços são os mais frágeis. Os idosos podem precisar de reforço financeiro, para abastecer a casa, comprar remédios. Então, já estamos antecipando metade do 13º de pensionistas. Isso equivale a E\$ 24 bilhões. Vamos observar o impacto e podemos liberar mais.

O Tesouro á comprou dívida. O BC tem oferecido dólar para o mercado. Na sexta-feira (13), liberou R\$ 135 bilhões de compulsório. Se as condições de liquidez forem se estreitando, vai soltando. É a economia que vai dizer quanto precisa. Naturalmente, isso vai ser para os bancos pegarem o redesconto e darem fôlego financeiro para o fluxo de caixa das empresas. Se as empresas ficam apertadas, não conseguem pagar os bancos, aí os bancos, aos invés de capotarem, pegam fôlego com o BC. A Caixa Federal tem R\$ 70 bilhões. Uma parte é para bancos médios. Se tiver problema com carteiras, vendem para Caixa e pegam o dinheiro. Outra parte é destinada para manter o fluxo de caixa da construção civil, importante gerador de empregos. O terceiro é para médias empresas. O BNDES tem R\$ 100 bilhões lá para devolver ao governo neste ano. Com esse recurso podemos abrir linhas para pequenas médias empresas.

O BB entraria como?

O BB, como é listado embolsa e tem acionista minoritário, a atitude dele é mais restrita. Eles já estão procurando os clientes, antecipadamente, para avisar que podem negociar alternativas se tiverem problemas.

O sr. prometeu mais medidas em 48 horas. Tem mais?

Tem uma arma muito mais potente, mas não vou falar.

Vão rever a meta de primário?

Se for o caso, vamos, sim.

Alguns economistas já sugerem flexibilizar o teto de gasto. Com o sr. vê isso?

Essas pessoas não estão ajudando. Estão atrapalhando. Se eu fizer esse movimento agora, eu sinalizo alta de juros. Sinalizo que o Brasil vai abrir mão da disciplina fiscal. Eu prefiro primeiro abrir mão do dinheiro do relator. Prefiro abrir mão do dinheiro da Eletrobras. É uma questão de manter a serenidade na crise. Não podemos entrar em pânico.

A bolsa está registrando quedas recordes. Ela entrou em pânico?

O mercado financeiro no Brasil está caótico por uma confluência de fatores. Além do vento externo, pesa o desentendimento político interno, coroado pelo resultado da votação do BPC. Prejudica a confiança que alicerçamos o ano passado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/03/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Patrimônio público na bacia das almas

O ministro Paulo Guedes andou defendendo a privatização da Eletrobras em um esforço de enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Só que no setor elétrico —ou mesmo no meio empresarial —é um consenso que vender a estatal agora é, no mínimo, uma temeridade. A empresa perdeu mais de 40% do seu valor na Bolsa.

O verão do 'home office'

Boa parte do país vai trabalhar hoje em casa. Só na sede da Vale, no Rio, 1.800 empregados produzirão remotamente por causado coronavírus.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/03/2020

Seção: O País

Autor: ALICE CRAVO E RAYANDERSON GUERRA

Título: Verba é menor em estados com mais moradores em área de risco

Embora lidere o ranking, Minas está na sexta posição em liberação de recursos da União para prevenção de desastres naturais

Palcos de recentes tragédias com chuvas, Minas Gerais e Espírito Santo estão entre os cinco estados com o maior número de pessoas que vivem em áreas de risco. Os estados, no entanto, não são os que mais receberam repasses do Governo Federal para obras de prevenção de desastres naturais nos últimos dez anos.

Minas Gerais, que ocupa o topo da lista com a maior população em áreas de risco, é a sexta nos repasses da União segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), responsável pelos investimentos. Espírito Santo, quarto estado com mais pessoas sob risco, é o 17º no ranking de verbas recebidas. Dos 14 estados mais críticos, nove estão entre os que mais receberam recursos. No entanto, três que estão entre os maiores recebedores de verbas não são os com as maiores populações em áreas de risco.

ÁREAS DE RISCO

De acordo com dados do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), vinculado ao **Ministério de Minas e Energia**, são 623.424 pessoas vivendo em áreas de risco em Minas, enquanto o Espírito Santo soma 320.682. Dos R\$ 8 bilhões que foram disponibilizados para as ações de prevenção de desastres naturais pelo governo, segundo o ministério, Minas recebeu R\$ 284,8 milhões nos últimos dez anos e o Espírito Santo, apenas R\$ 56,34 milhões. O orçamento para prevenção de desastres naturais, segundo o ministério, é definido na Lei Orçamentária Anual.

Ao longo do ano, podem ser feitas suplementações de acordo com a demanda. Para ter acesso aos recursos, estados e municípios precisam apresentar Plano de Trabalho, Relatório de Diagnóstico, pareceres técnicos e decreto de criação do órgão de Proteção e Defesa Civil. Com base no que é informado, a Secretaria

Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) avalia os projetos e define os investimentos.

Especialistas apontam que há um problema de gestão do dinheiro repassado e um baixo preparo dos órgãos responsáveis pela aplicação da verba. Mariana Almeida, professora do curso de Planejamento e Acompanhamento de Orçamento Público do Insper, destaca que as soluções para os problemas são de longo prazo, o que gera uma dificuldade de planejamento da execução orçamentária, e as gestões têm alta rotatividade dos seus responsáveis.

—Temos uma dificuldade de planejamento e de garantir a execução do planejamento que, por exemplo, extrapola o período de gestão. De um lado, os municípios não têm um corpo técnico preparado para a tomada de decisão e elaboração de projetos. Do outro, o governo federal não tem um corpo técnico preparado para ajudar a fazer essa gestão dos projetos — explica.

Em Minas, 56 pessoas morreram após os temporais de janeiro deste ano: 13 em Belo Horizonte. A prefeitura da capital mineira diz que os recursos disponibilizados pelo governo não são repasses e sim financiamentos. Eles ainda afirmam que não houve orçamento para prevenção de desastres naturais, e sim para obras de reconstrução no estado.

BAIXA CAPACITAÇÃO

Gil Castello Branco, secretário-geral do Contas Abertas, aponta que há uma “irresponsabilidade compartilhada entre União, estados e municípios”. Para o especialista, há uma baixa capacitação dos profissionais envolvidos na elaboração dos referidos projetos.

— A União não pode ser considerada a única culpada, porque quem deixou aquela área perigosa ser ocupada foi a prefeitura. Será que tem um engenheiro que entenda desta área para fazer um estudo de contenção de encostas? A prefeitura, muitas vezes, não tem estrutura para fazer um trabalho dessa magnitude. Então, precisa de socorro do estados e, em muitos casos, da União.

A Sedec informou que 105 cidades mineiras pediram apoio para ações de resposta (socorro, assistência e restabelecimento de serviços básicos). Destas, 41 tiveram planos de trabalho aprovados e os repasses já totalizam R\$ 26,4 milhões. O governo do estado também apresentou um plano com demandas, em análise pela equipe técnica da Sedec.

No Espírito Santo, 14 municípios solicitaram apoio federal. Cinco tiveram planos aprovados, e foram liberados R\$ 811 mil. O governo do estado recebeu R\$ 1,8 milhão para ações de resposta. Os demais estão em análise.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 16/03/2020****Seção: Direito e Justiça****Autor: Rodrigo Mello e Cristiano Dias Lopes****Título: Setor Elétrico e a conexão no Sistema Interligado Nacional**

No último 3 de março, a Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado aprovou o relatório do senador Marcos Rogério (DEM-RO) para o Projeto de Lei (PLS) 232/2016 que institui o novo Marco Regulatório do Setor Elétrico – o texto deverá passar por turno suplementar de votação na comissão. Nesse caminhar, não há como negar que se trata de um marco importante e simbólico para o setor, que tem por objetivo maior desburocratizar as regulações que o envolvem e fomentar ainda mais o mercado livre de energia.

Dentre as novidades previstas no texto, destaca-se a substituição dos descontos nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão (TUST) e de distribuição (TUSD) concedidos a fontes incentivadas (solar, eólica, termelétricas e biomassa e pequenas centrais hidrelétricas – CPH's) por um instrumento que valora os benefícios ambientais concedidos pelas fontes renováveis.

Um dia antes da respectiva aprovação no Senado, foi feita uma alteração no sentido de antecipar de 18 meses para 12 meses o prazo para substituição dos descontos nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão (TUST) e de distribuição (TUSD), atendendo ao pedido dos **ministérios de Minas e Energia e da Economia**. A expectativa é que a mudança deve representar uma economia total de R\$ 3,6 bilhões estimados em subsídios custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) em 2020, para as fontes renováveis.

Adicionalmente, uma possível consequência do corte nos descontos das tarifas de transmissão e distribuição, será um incremento significativo nos pedidos para obtenção de outorgas perante à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, com vistas a garantir a conexão na rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Diante disso e como impacto direto do aumento nos pedidos de outorga, certamente a Aneel adotará uma postura mais criteriosa na análise para posterior concessão das outorgas. Além disso, importante ressaltar o risco significativo que os empreendedores irão enfrentar caso não consigam usufruir das outorgas concedidas pela Agência no prazo imposto – 36 meses da obtenção da outorga até a entrada de operação comercial da usina –, ressalvados os casos de atraso decorrente de atos praticados pelo Poder Público, caso fortuito ou força maior (Resolução Normativa ANEEL nº 564/2013).

Com efeito, e como desdobramento final desse cenário, empreendedores do setor elétrico poderão sofrer duras penalidades da Aneel, pelo eventual descumprimento do prazo limite para usufruir da (s) outorga (s) obtida. Desse modo, dentre as possíveis penalidades a serem aplicadas pela Agência neste caso, destacam-se as seguintes: (i) revogação do ato de outorga, (ii) registro de comportamento do agente no banco de dados da Agência (banco histórico – blacklist) e multa por descumprimento de cronograma, que poderá chegar até 2% do faturamento dependendo da gravidade da infração (Resolução Normativa Aneel nº 63/2004).

Por fim, diante dos fatos mencionados acima, é possível concluir que o novo Marco Regulatório é esperado há um tempo pelo setor e trará avanços relevantes para o mercado. No entanto, com relação ao corte dos descontos nas tarifas TUST/TUSD, é preciso estar atento para as possíveis consequências negativas para os players do setor, pois além da corrida desenfreada para obtenção de conexões, com uma possível não equalização do prazo limite para tirar proveito das respectivas outorgas pelos empreendedores, há uma certa imprevisibilidade dos efeitos integrais dessa mudança.

MME / ASCOM .